

# Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas

Marco Aurélio Máximo Prado

## RESUMO

O texto em questão aborda a constituição das identidades políticas como um processo psicossocial. Propõe que os processos de mobilização social podem inaugurar ações coletivas para mudança social; porém, para tal, são necessários três aspectos fundamentais da constituição das identidades políticas: o processo de identificação coletiva, a passagem das relações de subordinação para a consciência da condição da opressão e a delimitação de fronteiras políticas entre grupos sociais (“nós” versus “eles”). O texto faz, ainda, uma breve revisão dos estudos sobre mobilização social, considerando a reemergência da Psicologia Social como um aporte necessário para a compreensão da constituição das identidades políticas e, por último, apresenta, esquematicamente, uma interpretação do processo de mobilização social dando ênfase aos aspectos psicopolíticos.

**Palavras-chave:** Identificação política; Mobilização social; Psicologia política.

**P**ara discutirmos a questão da mobilização social para ações coletivas e, por conseguinte, da desmobilização à luz da Psicologia Social, é necessário que se façam algumas reflexões sobre os termos mobilidade, mudança social e processo de mobilização. Partiremos das diferenciações que Tajfel (1984) fez sobre processos de mudança e mobilidade social, para sugerir que a passagem da mobilidade à mudança social está implicada pelo processo de mobilização social da ação coletiva (Melucci, 1996), e que este, por sua vez, tem como tarefa a constituição da identidade política.

Na perspectiva da teoria da identidade social de Tajfel, mobilidade e mudança se apresentam como estruturas de crenças com pressupostos contrários. Na proposta do autor, o pressuposto básico que estrutura as crenças sobre a mobilidade está apoiado na “flexibilidade e permeabilidade do sistema” e na “crença do movimento livre de uma posição

---

• Texto recebido em abril de 2002 e aprovado para publicação em maio de 2002.

social para outra, seja pela sorte, pelo mérito, pelo trabalho, pelo talento e etc.". Nesta estrutura de crença, a ação é quase sempre individual, já que está apoiada na noção de que é possível um movimento livre entre as posições e lugares societais. Oposta a esta, temos a estrutura de crenças que sustentam as ações para a mudança social. Nesta, o pressuposto básico é o da "impossibilidade do deslocamento dado pelo cerceamento do sistema". Logo, nesta estrutura, não se permite "o movimento livre de um grupo para outra posição e a mudança é sempre articulada em conjunto com um grupo de pertença", já que assumir ser membro do grupo é o que permite o deslocamento grupal (Tajfel, 1984, p. 280).

Esta perspectiva foi de suma importância para a Psicologia Social, sobretudo por estabelecer pilares para a edificação de uma Psicologia Social menos individualista e mais preocupada com o tema da mudança social e da relação entre grupos sociais.

Partiremos desta noção da estrutura de crenças entre mobilidade e mudança social para discutir o processo de mobilização social para a ação coletiva, porém, ao apresentarmos a mobilização social como um processo de constituição de identidades políticas, sobretudo a partir de categorias psicossociais, reiteraremos uma posição diferente da de Tajfel (1984), já que a mudança social, em nossa compreensão, é fruto obrigatório da constituição da identidade política e não da identidade social.

Para reiterar tal posicionamento, partiremos da compreensão de que a mobilização social é um processo de desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas que são necessárias para a constituição de ações coletivas. Estas, por sua vez, emergem como uma possibilidade, nas sociedades modernas, de construção de discursos e práticas antagônicas, ou seja, no estabelecimento de conflitos sociais.

Neste sentido, a estruturação de crenças, interesses, valores e significados vai se transformando durante o processo de mobilização e, neste e através deste, a constituição de identidades políticas é possível, mas para tal é necessário que além das relações intragrupais e entre grupos se estabeleça uma relação de delimitação de fronteiras a partir da passagem das relações de subordinação para as relações de opressão, e estas fronteiras são vividas e experienciadas não somente como diferenciações sociais entre as categorizações grupais, mas, pelo contrário, como impedimentos e possibilidades na conquista da equivalência de direitos (Mouffe, 1992).

Aqui está a diferença basal entre identidade social e identidade política. A primeira se estabelece como um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do indivíduo e a segunda, por sua vez, como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica. Ela se estrutura na passagem da consciência das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo destas, não por outro motivo, a identidade política está centrada em relações entre um NÓS e um ELES, que se constituem como fruto da instalação de um antagonismo (Mouffe, 1992; 1995).

Buscaremos evidenciar, à luz da Psicologia Social não essencialista, este processo de

mobilização social. Para tal, analisaremos, ainda que brevemente, a relação entre os estudos de mobilização social e a relevância das preocupações com os aspectos psicossociais, sobretudo para identificarmos a re-emergência de categorias psicossociológicas nas análises da mobilização social. Em seguida, passamos a apresentar a articulação de alguns aspectos psicossociais para a análise das mobilizações sociais, de forma a apresentar ao leitor um esquema com algumas categorias analíticas.

Note-se que, ao trazer estes aspectos, pretendemos debater algumas mediações possíveis entre as análises da estrutura e as relativas à ação, buscando evidenciar que a compreensão dos aspectos que relacionam estrutura social e ação, nos estudos sobre movimentos sociais e mobilização coletiva, pode se dar a partir da Psicologia Social, como bem sublinhou Sandoval (1989): “(...) as análises sociológicas saltam das disposições grupais, deixando de elaborar teoricamente os processos mediadores e a natureza dos vínculos entre o indivíduo e a decisão coletiva do grupo”. (p. 23)

## **MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PSICOLOGIA SOCIAL: IDENTIDADE, ATORES SOCIAIS E ANTAGONISMOS**

Mobilização e desmobilização social são questões que têm estado bastante presentes nos estudos da Sociologia. Podemos destacar a análise tradicional da teoria de mobilização de recursos (Oberschall, 1973; McCarthy & Zald, 1977) que compreende os movimentos reivindicatórios como ações institucionais que buscam distintas fontes para suas mobilizações e para suas ações e, nesta visão, estes movimentos estruturam-se a partir de possibilidades e oportunidades políticas. Para a teoria da mobilização de recursos a principal ênfase está na análise das alianças políticas e dos recursos humanos utilizados para tal mobilização, como também, nas formas de reivindicações e no uso dos recursos institucionais. Nas palavras de Gohn (1997, p. 51), para os teóricos da mobilização de recursos, “(...) os movimentos sociais surgiram quando os recursos se tornassem viáveis. Posteriormente, esta asserção foi alterada: os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade”.

Apesar das muitas críticas que a teoria de mobilização de recursos recebeu, seja pela sua incapacidade em compreender os processos ideológicos no nível dos sujeitos, seja pela distância extremada, como reação aos estudos psicológicos anteriores, que esta teoria tomou das análises de crenças e privação material e cultural dos grupos e indivíduos, impedindo, deste modo, a consideração sobre elementos culturais e subjetivos no processo de mobilização; esta teoria também foi capaz, contudo, de legitimar um novo posto aos estudos sociológicos sobre as ações coletivas a partir de uma visão menos conservadora do que aquela que vinha sendo desenvolvida, anteriormente, nos estudos psicológicos (Prado, 2001).

A teoria da mobilização de recursos significou, nesta medida, uma ruptura impor-

tante com os estudos “psicologizantes” das ações coletivas. Ela trouxe um caráter bastante positivo para os estudos das ações coletivas da época. Contudo, o paradigma da mobilização de recursos deu muita atenção ao uso de recursos para o enfrentamento das disputas de poder, deixando de lado os processos dinâmicos que levavam as pessoas a se organizarem em ações coletivas. Possivelmente, o legado racionalista desta teoria impediu a compreensão dos aspectos dinâmicos do processo de mobilização social.

Tendo estas questões como pautas de preocupação, surgem propostas teórico-analíticas interessadas no processo de mobilização política (Mc-Adam, 1982; Klandermans, 1997; Cohen & Arato, 2000) e no estudo dos fenômenos coletivos mobilizadores (Morris & Mueller, 1992), que passam a recuperar aspectos da Psicologia Social<sup>1</sup> para a análise das ações coletivas. Tanto em uma perspectiva interacionista da Psicologia Social, retomando, portanto, os estudos de George Herbert Mead e Erving Goffman, como mais tarde, com preocupações de introduzir a questão identitária<sup>2</sup> e cultural para a análise de processos mobilizatórios (Klandermans & Johnston, 1995). Na verdade, é importante notar que a mudança de paradigma na análise dos movimentos sociais, ocorrida a partir da emergência dos chamados movimentos sociais contemporâneos, foi determinante no ressurgimento da análise dos aspectos psicossociais para compreensão dos elementos constituintes do processo de mobilização/desmobilização social. Não por outro motivo, a preocupação com a questão da identidade passou a ser central para o debate sobre mobilização social e para os estudos sobre a ação coletiva (Melucci, 1996).

Há um deslocamento fundamental nas análises sobre mobilização social. Ele foi consequência do reconhecimento da lacuna entre as explicações relativas à estrutura e as relativas à agência. Esta mudança de perspectiva, sobretudo fundamentada a partir da emergência de ações coletivas contemporâneas, trouxe para a análise da mobilização social a urgência de pensar aspectos psicossociais como a identidade, o compartilhamento de crenças grupais, de representações sociais, de agências e formas de ação social. Poderíamos dizer que este deslocamento se deu como fruto da passagem de uma concepção do sujeito coletivo como racional e unificado para o esgotamento desta mesma noção e a emergência do esgotamento das identidades coletivas unívocas (Prado, 2000).

Esta alteração de perspectiva nas análises das mobilizações sociais, ainda que equivocadamente, ficou conhecida como a passagem dos estudos sobre movimentos sociais para os estudos dos “novos” movimentos sociais (Laclau & Mouffe, 1985). A despeito da

<sup>1</sup> Falamos em recuperar alguns aspectos da Psicologia Social, exatamente porque ela já foi muito utilizada para análise psicológica dos comportamentos coletivos, desde Wundt com seu *Völkerpsychologie* que a Psicologia tem sido um instrumental importante de análise de coletividades, porém, só recentemente é que podemos notar proposições menos “psicologizantes” para compreensão das ações coletivas. Para compreender esta história da Psicologia Social, ver Estramiana, J. (1995). *Psicología Social: perspectivas teóricas y metodológicas*. Madrid: Siglo XXI.

<sup>2</sup> Outras questões podem ser levantadas sobre o surgimento da categoria identidade para explicação de fenômenos sociais. Para aprofundar tal debate, ver Prado, M. A.; Souza, T. R. Problematizando discursos contemporâneos sobre as formações identitárias. *Revista Idea*, n. 36, año 16, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional San Luis, Argentina, 2002.

polêmica que o termo “novo” significou, parece-nos salutar reconhecer que este deslocamento foi um dos principais responsáveis pela re-introdução da Psicologia Social junto às análises da mobilização coletiva. Estas mudanças foram acompanhadas pela preocupação em compreender a dinâmica interna dos movimentos de mobilização social, já que as análises anteriores, especialmente as macroestruturais, apresentavam várias insuficiências. Segundo Sandoval (1989), a rejeição tradicional dos aspectos psicossociais, desenvolvida pela Sociologia, foi responsável pelo abandono de preocupações sobre a dinâmica das ações coletivas, além disso, os modelos sociológicos estáticos, ainda segundo o autor, foram mais descritivos do que interativos, já que subestimaram a análise das dinâmicas para se ater às análises dos conflitos macrosociais e, por conseguinte, desenvolveram o mito do “Estado opressor x Movimento social popular coeso” (1989, p. 125).

Duas questões, entre outras, abordaremos para evidenciar a re-emergência da Psicologia Social na análise das ações de mobilização social: o fim do sujeito coletivo unificado, ou o fim do modelo de ator único (Sandoval, 1989), e a relevância da expansão do político para além de suas fronteiras tradicionais institucionalizadas.

Quanto à primeira – o esgotamento da noção do sujeito coletivo unificado – pode-se dizer que, com o advento de movimentos de mobilização social que não mais se reduzem ao modelo de atores únicos, ou seja, que não estavam necessariamente vinculados à posição que ocupavam na estrutura societal a partir das relações de trabalho, os sujeitos múltiplos passam a receber importância dos estudos psicossociológicos sobre mobilização (Melucci, 1996; Klandermans & Johnson, 1995). Ao tomar outros sujeitos que não somente a classe social, como sujeito coletivo, as análises dos movimentos sociais começam a enfrentar novas e inúmeras questões.

Desta forma, entram para o debate não somente as críticas ao projeto emancipatório do ator único e as posturas mais essencialistas, tanto na Sociologia como na Psicologia, mas sobretudo as críticas ao processo de construção do ator (Touraine, 1988). Neste sentido, dá-se, a partir deste momento, maior atenção ao processo de constituição das ações coletivas e de sua dinâmica interna.

Quanto à segunda questão – da expansão do político – podemos dizer que como consequência da crise do modelo de ator único e das crises da institucionalidade do político, decorrentes de inúmeros fatores que não nos cabe neste momento discutir – como a crise da Modernidade, a crise do Estado keynesiano, a expansão dos meios de comunicação de massa que trouxe uma maior homogeneização da cultura (Mouffe, 1988), e a “mercadorização” (*commodification*) de inúmeras esferas da vida social (Offe, 1989) –, o político tem sido revisitado.

Movimentos de ação coletiva, como o movimento feminista e o movimento homossexual, foram alguns dos responsáveis pela revisão do sentido do político nas sociedades ocidentais contemporâneas: estes movimentos sociais apontaram para um reconhecimento de aspectos do político em esferas da vida social ainda não politizadas, como a sexualidade e a vida privada. Em verdade, o que estava em jogo naquele momento era a redefinição das relações de poder e da composição das formas de poderes societais.

As reivindicações de movimentos sociais contemporâneos permitiram redefinir as fronteiras do político a partir dos questionamentos da legitimidade das instituições políticas ocidentais e do reconhecimento dos conflitos antagonísticos em esferas da vida social, ainda não democratizadas. O que não implica deixar de reconhecer o político enquanto uma esfera institucional diretamente vinculada ao Estado, porém, reduzi-lo à sua institucionalidade seria fechar os olhos para o pluralismo das manifestações políticas em suas múltiplas formas.<sup>3</sup>

Além destas duas questões centrais que colaboraram para a importância da retomada dos aspectos psicossociais nas análises da mobilização social, também devemos reconhecer que a própria Psicologia Social viveu crises paradigmáticas e, ainda as vive, em função de questionar-se acerca do seu papel político e ideológico. Portanto, a revisão da Psicologia Social permitiu o desenvolvimento de temáticas de estudos que até então eram exclusivas das ciências das sociedades. A revisão de abordagens que tomaram as ações políticas enquanto características psíquicas vem sendo cada vez mais importante para o desenvolvimento da Psicologia Social. Estas revisões teóricas têm trazido para dentro da própria Psicologia uma aproximação muito maior com categorias interdisciplinares, especialmente da Sociologia, da Antropologia, da História e da Filosofia Política.

Em função destas questões, os estudos dos aspectos psicossociais da mobilização social passam a ser relevantes e, sem dúvida, eles têm permitido uma explicação mais complexa do processo de mobilização/desmobilização social, na tentativa de manter em permanente relação, nas propostas analíticas, tanto os elementos estruturais como os relativos à constituição de atores sociais coletivos (Touraine, 1988; Sandoval, 1989; 2001).

Conforme apontamos anteriormente, o processo de mobilização social enquanto favorecedor da estruturação de crenças, valores e significados na passagem da mobilidade para a mudança social, pode processar identidades políticas. Isto é possível, toda vez que, neste processo, os sujeitos coletivamente criarem um espaço de expressão de antagonismos, onde o reconhecimento das relações de opressão possa ser enfrentado pela ação mobilizadora de demandas por equivalência; porém, para tal, é necessário compreender as mediações que mantêm os sujeitos mobilizados em torno de uma demanda.

Em tal visão, não há identidades sociais prontas que disputem formas de poder ou que estabeleçam relações de conflito, mas sim, a compreensão de que a própria constituição destas identidades se dá através da disputa nas relações de poder, reafirmando que a democratização das relações não é sinônimo de ausência de relações de poder, mas pelo contrário, pode ser entendida como relações de poder estruturadas sob princípios mais democráticos, como aqueles da liberdade e da igualdade (Mouffe, 1995). As identidades políticas, desta forma, quando processadas através da mobilização social, são posições suturadas, ainda que precárias, dos sujeitos coletivos (Mouffe, 1992). Isto quer

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre o político e o cultural a partir das experiências dos movimentos sociais latino-americanos, ver Alvarez, S. *et al.* (Ed.). (1998). **Cultures of politics – politics of cultures: revisioning latin american social movements.** Oxford: WestviewPress.

dizer que são posições temporárias que expressam a revisão das relações de desigualdades, mas não são nem as únicas possibilidades nem tampouco permanentes.

Veremos, então, como poderíamos compreender este processo à luz dos aspectos psicossociais como a identidade coletiva, a conscientização das relações de opressão e a delimitação das fronteiras na determinação da identidade política.

## OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: MUDANÇA SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS

O processo de mobilização social, a nosso ver, se dá a partir do momento em que se inicia um processo de politização das relações sociais. Com isso, estamos assumindo, juntamente com Mouffe (1995), que o político deve ser tomado como o espaço do antagonismo e, como tal, constituinte da diferenciação identitária dos sujeitos coletivos.

Há, nesta visão, três aspectos psicossociais importantes que constituem o processo de mobilização social: a identidade coletiva (Melucci, 1996), transformação das relações de subordinação em relações de opressão (Laclau & Mouffe, 1985) e a demarcação de fronteiras políticas (Howarth & Stavrakakis, 2000). Porém, antes de entrarmos na apresentação de cada um destes elementos e de seus conteúdos, faz-se necessário contextualizar que os processos de mobilização social devem ser vistos a partir da lógica da continuidade histórica, ou seja, da expansão da radicalização dos valores democráticos, através da expansão da igualdade e da liberdade enquanto um valor, mas também, devem ser pensados a partir da lógica da descontinuidade histórica, isto é, devem ser compreendidos não como processos definidos *a priori* ou carregados de uma finalidade teleológica, mas pelo contrário, devem ser tomados como processos que buscam iniciar práticas articulatórias que não podem ser definidas previamente (Laclau & Mouffe, 1985). Enquanto tais, não podem ser tidos como modelos de interpretação de atores únicos ou portadores de processos emancipatórios previamente estabelecidos.

Da transformação da estrutura de crenças da mobilidade para mudança social é que ocorre o processo de mobilização social. Ele pode ser definido, conforme já dissemos, como um processo de desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas que são necessárias para a constituição de identidades políticas e que, desta forma, permite um controle coletivo sobre os recursos sociais. Assim, a mobilização social exige algumas condições para processar identidades políticas. Condições que são aspectos fundantes das práticas articulatórias, necessárias para mobilizar uma ação coletiva.

Falaremos de três aspectos destas práticas:

- 1) identidade coletiva e mobilização de recursos;
- 2) a transformação das relações de subordinação em relações de opressão; e
- 3) a demarcação das fronteiras políticas, ao apresentar o esquema a seguir:

No esquema a seguir, pode ser visualizado o processo como um todo, identificando alguns dos aspectos que constituem este processo na construção de identidades políticas.

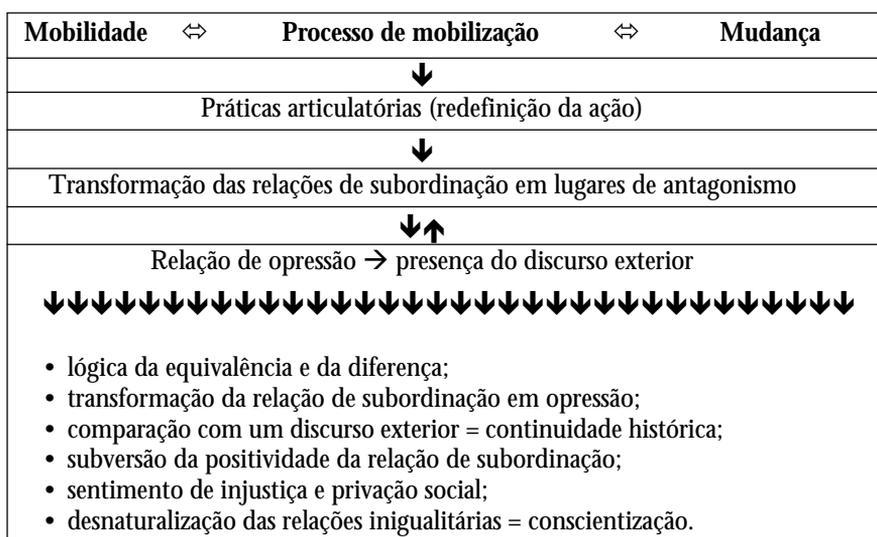
Porém para uma compreensão mais cuidadosa veremos, a seguir, cada elemento separadamente.

<b>Mobilidade</b>	<b>Processo de mobilização</b>	<b>Mudança</b>
↓	↓	↓
Identidade coletiva	Subordinação 2 opressão	Fronteiras políticas
• Sentimentos de pertença	• Reconhecimento das equivalências	• Reciprocidade mútua
• Definição de práticas sociais grupais = cultura política	• Comparação com discurso exterior ao grupo	• Reconhecimento
• Partilhamento de valores, crenças e interesses	• Reconhecimento do antagonismo como espaço de diferenciação	• Diferenciação mútua
• Estabelecimento de redes sociais	• Sentimento de injustiça social	• Impeditivo de realização totalizante
• Regula relações intra e entre grupos	• Conscientização dos direitos	• Relação nós x eles
⇩		
<b>Constituição de identidades políticas</b>		
⇩		
<b>Reconhecimento de algo que está sendo negado (material e/ou simbólico)</b>		
⇩		
<b>Regulação relações intragrupos e intergrupos</b>		
⇩		
<b>Reconhecimento de novas formas de opressão (equivalências e diferenças)</b>		
⇩		
<b>Ações mobilizadoras para mudança social</b>		

1. No que diz respeito à identidade coletiva, é importante destacar que ela se dá em processo e está implicada pelas práticas sociais que o grupo desenvolve. A identidade coletiva garante uma continuidade da experiência do “NÓS” e diz algo sobre a nossa pertença a determinado grupo. Neste sentido, o sentimento de pertença é um dos importantes sentimentos que um processo mobilizatório precisa desenvolver. Este sentimento pode aparecer de formas muito variadas, como formas de interpretação da história conjunta, como formas de identidade sociais, portanto, de pertença a determinadas categorias sociais, como expectativas de projetos de futuro coletivamente traçados, como elaborações de elementos do passado para a demarcação de posições identitárias etc. Algumas práticas sociais são iniciadas com o intuito de materializar o sentimento de pertença a um conjunto de valores, crenças, interesses que definem a identidade coletiva de determinado grupo. Há, paulatinamente, a criação de algumas regras da própria pertença ao grupo e a definição de relações intra e intergrupos. Este processo implica na definição de estratégias para mobilizar recursos que garantam tanto a continuidade da experiência coletiva como necessários para a mobilização social. Para tal, a identidade coletiva define também possíveis práticas cotidianas do grupo na constituição de redes sociais, onde há a localização



ra o funcionamento da institucionalização. Ainda não são reconhecidas como subversivas, pois para haver subversão destas relações faz-se necessário a relação com uma exterioridade, com uma corrente de equivalências historicamente construída que permita o reconhecimento de que, nas relações de subordinação, há um impedimento. O que pode ser notado é que, enquanto as relações entre “superiores” e “inferiores” estão sendo vistas como relações de dependências e hierarquia, não é ainda possível o reconhecimento da privação e do impedimento que aí estão embutidos. Isto quer dizer que, quando um agente está sujeito às decisões de outro, o que se instaura são relações que “(...) estabelecem, simplesmente, um conjunto de posições diferenciais entre os agentes sociais (...)” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 154). Não são relações que antagonizam a partir de uma corrente de equivalências; pelo contrário, são relações que estão baseadas na lógica da imutabilidade diferencial. Elas definem, portanto, identidades sociais, mas não políticas.



Outra importante diferença é que, nas relações de subordinação, os agentes envolvidos não percebem o elemento da continuidade pertinente a historicidade da dependência entre suas posições. Ou seja, não há a consciência de que a inferiorização seja algo correspondente a posições historicamente construídas. Já nas relações de opressão, ao contrário das relações de subordinação, pode-se dizer que há uma antagonização entre os agentes: agora o impedimento passa a ser a possibilidade da constituição do político e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de se homogeneizar alguma das posições.

Acompanhando o pensamento de Laclau e Mouffe (1985), podemos dizer que as relações de opressão são aquelas relações de subordinação que se transformaram em lugares privilegiados de antagonismos. Neste sentido, há o reconhecimento e a comparação do discurso exterior a partir de uma corrente de equivalências que, historicamente, vem sendo conquistada e produzida pelas lutas sociais. Neste aspecto do processo de mobilização social é fundamental o surgimento de duas lógicas: a da equivalência e a da dife-



ticulatório que não pode ser determinado nem *estruturalmente* nem *previamente*, pois ele dependerá das formas de articulação necessárias para sua sobrevivência.

A emergência dos estudos psicossociológicos sobre mobilização social, como vimos, traz a possibilidade de compreensão deste processo de articulação, já que a visão que se persegue não é mais previamente definida, seja pelo modelo de ator único na análise da passagem da mobilidade para mudança social, seja pelo modelo racionalista que reduziu toda ação política à sua institucionalidade e a noção de consenso racional, defendida por muitas posições liberais que identificam algumas ações políticas como a “reparição do arcaico” (Mouffe, 1996). E, a nosso ver, o que estas posições não conseguem expressar é exatamente a necessidade da demarcação de fronteiras para a democratização das relações sociais.

A Psicologia Social pode, em muito, contribuir para esclarecer os processos de articulação de um conjunto de posições e identificações coletivas que são plurais e que se dão a partir de mediações sociais, históricas, psicológicas, culturais e políticas. Desta forma, compreender os aspectos psicossociais dos processos de mobilização de ações coletivas pode permitir o uso de instrumentais e metodologias de ação mais eficazes na perspectiva de colaborar com a emergência de novas identidades políticas, pois elas emergem, como vimos nas apresentações esquemáticas, através dos três processos: configuração de uma identidade coletiva e de práticas sociais de materialização da pertença grupal; reconhecimento das novas formas de opressão a partir da criação de antagonismos nas relações de subordinação, o que implica um trabalho objetivo-subjetivo da consciência social; e da demarcação das fronteiras políticas, através da relação intergrupala (NÓS-ELES) dada pela reciprocidade e reconhecimento da relação de um grupo com um constitutivo exterior a ele.

### ABSTRACT

This paper discusses the constitution of political identities as a psychosocial process. It proposes that the processes of social mobilization can spark collective action for social change. However, in order for them to do so, three fundamental aspects of the constitution of political identities are necessary: the process of collective identification; the passage from subordination relationships to the awareness of oppressive conditions; and the delimitation of political frontiers between social groups (“us” vs. “them”). The paper also offers a brief review of studies in social mobilization, considering the reemergence of Social Psychology as a necessary tool for the comprehension of the constitution of political identities. Lastly, an interpretation of the process of social mobilization is given, with emphasis on psycho-political aspects.

**Keywords:** Political identification; Social mobilization; Political psychology.

## Referências bibliográficas

- BARRET, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: Zizek, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- COHEN, J. & ARATO, A. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- HOWARTH, D., Stavrakakis, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D., NORVAL, A., STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- KLANDERMANS, B., JOHNSTON, H. The cultural analysis of social movements. *Social movements and culture*. **Social movements: protest & contention**, Minneapolis: University of Minnesota Press, n. 4, 1995.
- KLANDERMANS, B. **The social psychology of protest**. Cambridge: Blackwell, 1997.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. **Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.
- MCADAM, D. **Political process and the development of black insurgency, 1930-1970**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- MCCARTHY, J., ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a Partil Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977.
- MELUCCI, A. **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MORRIS, A., MUELLER, C. (Org.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- MOUFFE, C. Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C., GROSSBERG, L. **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988.
- MOUFFE, C. Democratic citizenship and the political community. In: MOUFFE, C. (Org.). **Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community**. London: Verso, 1992.
- MOUFFE, C. Democratic politics and the question of identity. In: RAJCHMAN, J. **The identity in question**. New York: Routledge, 1995.
- MOUFFE, C. **O retorno do político**. Lisboa: Edições Gradiva, 1996.
- OBERSCHALL, A. **Social conflict and social movements**. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall Inc, 1973.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PRADO, M. **Des-razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação**. Mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas. Tese, Doutorado – PUC/SP, 2000.
- PRADO, M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.
- SANDOVAL, S. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação & Sociedade*, n. 34, 1989.
- SANDOVAL, S. The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of antervative Forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, v. 1. n. 1, p. 173-195, 2001.
- TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Volume I e II. Portugal: Livros Horizonte, 1984.
- TOURAINÉ, A. **Return of the actor**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.